

jornal da lei

Dama da Lagoa dos Barros: dos tribunais ao imaginário

Assassinato de Maria Luiza Haüssler segue vivo na memória gaúcha

Ana Stobbe
ana.stobbe@jcrs.com.br

O clima era festivo na Sociedade Germânia, o mais antigo clube social e recreativo de Porto Alegre, na noite de 17 de agosto de 1940, quando jovens e familiares dançavam em trajes de gala. A alegria, porém, terminou em tragédia, provocada pela única pessoa que não sorria naquela noite: Heinz Werner João Schmelling, de 19 anos.

Ele mantinha uma aproximação amorosa com a estudante de Belas Artes Maria Luiza Haüssler, de 17 anos. De famílias bem vistas socialmente, eles tinham permissão para passar tempo juntos, embora a reputação do jovem como integrante de um grupo de motoqueiros – Os Mickeys – causasse resistência entre os pais da jovem.

“O Código Civil de 1916 estabelece uma série de questões em relação aos papéis de gênero, e tem algumas questões que ficam bem claras. Uma delas era que a família da Maria Luiza não gostava do Heinz porque a mãe dele era desquitada. Inclusive, o carro que ele usava para sair com ela era do padrasto dele”, acrescenta a servidora do Memorial do Judiciário do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJR), Sabrina Lindemann.

Naquela noite, Maria Luiza dançou com outros rapazes e teria confidenciado que desejava se afastar de Heinz. Enciumado, ele a convidou para sair da festa e dar uma volta de carro. Durante o trajeto, a assassinou com um tiro e jogou o corpo na Lagoa dos Barros, em Santo Antônio da Patrulha, perto a tijolos. Em seguida, atirou contra o próprio peito, tentando sustentar a versão de que ela teria tentado assassiná-lo e depois se suicidado.

A identificação de Heinz como responsável pelo crime – o que o levou a confessar a ocultação do cadáver, embora nunca o homicídio – ocorreu por meio de técnicas periciais então emergentes, como a análise da posição do revólver e a origem dos tijolos. Julgado, ele foi condenado a 12 anos de prisão, mas cumpriu apenas metade da pena.

“Foi o que chamamos hoje de feminicídio, envolvendo jovens da



Estudante de 17 anos foi morta por Heinz Schmelling em agosto de 1940

elite. Ambas as famílias contrataram bons advogados. Por isso, a imprensa explorou bastante, e a própria polícia judiciária (atual Civil), que já investia na ideia de polícia técnica e científica, aproveitou para mostrar serviço, porque foi o primeiro crime de grande repercussão no Estado resolvido pela perícia”, destaca a professora do Departamento de História da Ufrgs, Cláudia Mauch.

A disputa judicial entre as famílias contribuiu para moldar a memória do caso. Enquanto Heinz afirmava que os dois namoravam, a família de Lisinka – como Maria

Luiza era carinhosamente chamada – negava o relacionamento e dizia que eles haviam rompido.

Essa versão é sustentada até hoje por Ingrid Emmer, 86 anos, que tempos depois se casou com o irmão de Lisinka. “Foi muito difícil para a família, falavam dela o tempo todo. Diziam que era muito estudiosa, inteligente, e que não queria namorar com ele”, recorda.

“Algo que aparece nos diários dela é a preocupação com o fato dele ser muito ciumento. Ele teria dito que a única coisa que poderia tirá-lo do sério era se ela deixasse de amá-lo ou tivesse outra pessoa”, corrobora Sabrina.

Com o tempo, o crime atravessou os limites do processo judicial e ganhou contornos de lenda. No imaginário popular, surgiu a Dama da Lagoa: uma mulher que emergia das águas da Lagoa dos Barros, por vezes vestida de noiva, por ve-

zes de branco. Caminhoneiros relatavam aparições, pedidos de carona e desaparecimentos súbitos. Em uma das versões, ela teria sido enfocada pelo próprio véu.

“Ela nunca foi nova. As pessoas acreditam no que querem acreditar”, conta a ex-cunhada. “Ela estava muito bem vestida na foto da perícia, então é possível entender a associação desse vestido com o branco da lenda”, acrescenta o presidente da Fundação Museu Antropológico Caldas Júnior, que mantém uma exposição sobre o caso em Santo Antônio da Patrulha.

Para Cláudia, o caso de Lisinka pode ter se misturado a outras narrativas da região, já que lendas semelhantes existem em várias partes do País. Assim como Maria Degolada (tema da 1ª matéria), são casos de vítimas de feminicídio que permanecem vivas no imaginário.

“Heinz matou ela com o pensamento de que se não fosse dele não seria de mais ninguém. Algo que muito homem faz até hoje”, pondera Ingrid, mostrando que crimes semelhantes seguem ocorrendo.

A luta contra esse tipo de violência mudou. Hoje, o feminicídio é reconhecido como crime específico. E, entre memória e lenda, a história da Dama da Lagoa dos Barros permanece como alerta de que, apesar dos avanços legais e sociais, o enfrentamento a esses crimes segue sendo uma urgência cotidiana.

Esta reportagem é a segunda de uma **série especial de cinco crimes históricos** que atravessaram o tempo e se tornaram lendas no RS.

Opinião

Crime agrava o ônus demográfico

João Guilherme Sabino Ometto

do com o Observatório da Criminalidade da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), cerca de 82% dos crimes no campo são classificados como roubos e furtos. Essas ocorrências, em especial no que diz respeito a maquinário e implementos agrícolas, cresceram 37,5% no primeiro semestre de 2025 em relação ao mesmo período do ano passado.

É nesse cenário que o crime disputa cada vez mais a mão de obra dos jovens brasileiros. O problema é muito preocupante para o agronegócio, um dos maiores empregadores formais do País e pilares da nossa economia, que sempre precisará muito dos recursos humanos. O setor registrou 28,2 milhões de pessoas ocupadas no segundo trimestre de 2025, um recorde histórico, segundo o Boletim Mercado de Trabalho no Agronegócio, do Cepea/CNA.

O País ainda tem cerca de uma década antes de vivenciar o ônus demográfico. O tempo é curto, mas suficiente para agir. Se não empoderarmos nossos jovens com as prerrogativas da cidadania e não os incluirmos na economia legal, o crime continuará a convertê-los em força destrutiva. E, nesse caso, não será apenas o bônus demográfico que perderemos, mas também o futuro.

Engenheiro e membro da Academia Nacional de Agricultura (ANA)

NOTAS

• Com o objetivo de contribuir de forma direta para o combate à violência de gênero no País, a OAB Nacional enviou ofício à ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Gleisi Hoffmann, solicitando a inclusão do Conselho Federal no Comitê Interinstitucional de Gestão do Pacto Brasil entre os Três Poderes para Enfrentamento do Feminicídio.

• A Defensoria Pública do RS está realizando uma consulta pública voltada a escolas das redes municipal, estadual e privada interessadas em receber oficinas educativas sobre questões de gênero. A atividade é uma iniciativa do projeto Chega Disso. Mais informações pelo e-mail cheгадиссо@defensoria.rs.def.br.

Desde 1980 protegendo
a inovação para você
construir o futuro.

SKO
OYARZÁBAL
MARCAS & PATENTES S/C
Ética ■ Dinamismo ■ Confabilidade